



## CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

### Ata da 154ª reunião, realizada em 26 de maio de 2021

1 Em 26 de maio de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e Recursal  
2 (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de  
3 videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros  
5 titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão,  
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Ariel Chaves Santana  
7 Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
8 (Seapa); Marcelo Ladeira Moreira da Costa, da Secretaria de Estado de  
9 Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da  
10 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Newton Reis de Oliveira Luz, do  
11 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Felipe  
12 Dutra de Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade  
13 (Seinfra); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);  
14 Felipe Faria de Oliveira, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG);  
15 Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
16 Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG); Flávio  
17 Túlio de Matos Cerqueira Gomes, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio  
18 Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM).  
19 Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, da Federação das  
20 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da  
21 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); João  
22 Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento  
23 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Henrique  
24 Damásio Soares, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Lígia Vial  
25 Vasconcelos, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Tobias Tiago  
26 Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Rafael Maia Nogueira, da  
27 Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges,  
28 da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Geraldo Majella Guimarães, da  
29 Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg).  
30 **Assuntos em pauta.** **1) HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino  
31 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira  
32 Trovão declarou aberta a 154ª reunião da Câmara Normativa e Recursal. **3)**  
33 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro  
34 Carlos Alberto Santos Oliveira: “A Faemg, através da Gerência de Meio Ambiente  
35 e o Sistema Faemg, todos os anos, próximo do Dia Mundial do Meio Ambiente,  
36 realiza o Seminário Ambiental. Esse seminário, já tem oito anos que nós  
37 realizamos. Do primeiro ao sétimo ano, todas as versões do seminário, foi

38 produzido um livro com o acervo das palestras. E o objetivo é discutir, o mais  
39 tecnicamente possível, questões ambientais e econômicas de interesse do  
40 produtor rural e da entidade política Faemg. O nosso próximo Seminário Ambiental  
41 vai ser realizado agora no dia 11, às 14h30, virtual, em versão bem reduzida. Nós  
42 vamos ter três apresentações. E como tema importante, não só para a área rural,  
43 mas também para todo o meio ambiente do mundo, o foco é mudança climática.  
44 Esse mecanismo de recuperação de carbono, valorização de carbono, tanto do  
45 ponto de vista financeiro como do ponto de vista ambiental, e também já abrindo  
46 um caminho para ver até onde isso interessa ao produtor rural. Resumindo: eu  
47 tenho 100 hectares de terra com florestas nativas que não foram mexidas até hoje.  
48 O que isso vale de dinheiro nessa contabilidade ambiental de mudança climática?  
49 O sistema COPAM vai receber uma nota, o 'salve essa data', que é dia 11 agora,  
50 às 14h30. E gostaríamos da presença dos senhores, não só pelo prestígio, mas  
51 pela importância do tema.” Conselheiro Cristiano Ferreira de Oliveira: “Senhor  
52 presidente, eu gostaria de solicitar a possibilidade de que seja pautada, em uma  
53 reunião futura, de acordo com a avaliação desta Presidência e da secretaria da  
54 Câmara e também da Superintendência de Regularização, a possibilidade de  
55 atualização da Deliberação Normativa 118. Isso porque temos nos deparado com  
56 algumas demandas decorrentes, principalmente, da Lei 14.026, que atualizou o  
57 Marco Legal de Saneamento Básico, e alguns impactos decorrentes do artigo 54.  
58 Eu não sei se teria pertinência, mas verificamos muito que a aplicação da 118  
59 remete ao ano de 2008. Eu só gostaria de suscitar a possibilidade de uma  
60 verificação, uma avaliação da Deliberação Normativa em função das atualizações  
61 normativas que temos sofrido. É apenas uma sugestão, uma proposta, para  
62 adequação das recomendações que nela estão presentes.” Presidente Yuri Rafael  
63 de Oliveira Trovão: “Entendo que é muito pertinente a solicitação que o senhor faz  
64 neste momento. Eu vou verificar com a Secretária Executiva, a Valéria, e, assim  
65 que possível, nós trazemos uma apresentação e os debates aqui em relação à DN  
66 COPAM 118.” Luiz Fontes/sociedade civil: “Eu vou fazer uma manifestação inicial.  
67 Na última reunião da CNR, eu me inscrevi, mas o ponto de pauta para o qual eu  
68 me inscrevi foi retirado de pauta e volta hoje. E eu vou falar depois, novamente,  
69 estou inscrito. Mas surgiu um assunto no início, que eu me inscrevi hoje para fazer  
70 o registro, com muito orgulho e satisfação. Eu não participei da reunião da semana  
71 passada, da discussão, mas foi a comemoração dos 40 anos do Batalhão da  
72 Polícia Militar de Meio Ambiente e dos 55 anos do Policiamento de Meio Ambiente  
73 em Minas. E eu falo isso com muito orgulho porque, no início da década de 2000,  
74 houve uma ameaça muito forte de extinguir a Polícia Militar de Meio Ambiente de  
75 Minas Gerais. Quem é da área sabe que houve um movimento político de bastidor  
76 muito forte. E uma das reações da sociedade que impediram na época o  
77 fechamento dessa força essencial ao desenvolvimento de Minas – a Polícia Militar  
78 de Meio Ambiente, com 55 anos de serviços prestados – foi uma das reações da  
79 comunidade, da sociedade mineira, por iniciativa das ONGs ambientalistas, que se  
80 autodenominaram, na época, frente de ONGs Ambientalistas Mineiras. Houve um

81 movimento forte, aconteceram reuniões em Belo Horizonte, várias, entre as ONGs,  
82 várias reuniões com o Dr. José Carlos Carvalho, que era o secretário de Meio  
83 Ambiente e que fazia reuniões mensais. Foi um período muito rico da interlocução  
84 das ONGs ambientalistas com o Estado, que havia reuniões mensais entre o  
85 secretário e seu estafe. Ele levava ao presidente da FEAM, do IGAM, do IEF, para  
86 discutir prioridades apresentadas pelas ONGs ambientalistas. E naquele momento  
87 nós compramos a briga de não deixar haver modificação. A proposta era acabar  
88 com o Batalhão de Polícia de Meio Ambiente e essa ação. Todo policial deveria  
89 trabalhar com meio ambiente, e nós sabemos que problema isso iria gerar, porque  
90 na zona urbana já tem muitos problemas específicos, e o meio ambiente tem os  
91 seus problemas específicos. Então eu quero registrar isso, pedir que conste em ata  
92 a minha homenagem especial à Polícia Militar, mas quero registrar alguns nomes  
93 aqui também. Os que ficarem de fora vão me perdoar, mas eu quero registrar que,  
94 desse movimento, participaram com muita intensidade o Eduardo Neneco Tavares,  
95 do Instituto HÓU; a Maria Dalce, da Amda; a Beth, da Amda; o Tonhão, do Mover,  
96 de Paracatu; o José Angelo Paganini, do Instituto Relictos, de Ipatinga; o Apolo  
97 Heringer, do Manuelzão; a dona Alice, uma referência para nós, de luta, na época,  
98 do Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri; o Robin Le Breton, em Rosário  
99 da Limeira, perto de Viçosa; a Soninha Rigueira, do Terra Brasilis; a Gisela  
100 Hermann, da Valor Natural; e tantas outras ONGs e tantos outros profissionais que  
101 encamparam essa luta. Então, capitão Cristiano, eu tenho muito orgulho de falar  
102 disso, que demos a nossa pequena contribuição como parte da sociedade  
103 organizada, e foi um momento muito rico do movimento ambientalista mineiro. Nós  
104 tínhamos o Fórum Mineiro de ONGs Ambientalistas, a Frente Mineira. Nós nos  
105 reuníamos periodicamente em Belo Horizonte, chegamos a fazer um encontro aqui  
106 em Viçosa. Nós organizamos aqui, e vieram ONGs de vários lugares do Estado. O  
107 secretário Estadual de Meio Ambiente veio e participou conosco. Nós hoje vemos  
108 o movimento ambiental com muitas encruzilhadas, com leis federais modificando o  
109 panorama do licenciamento de forma avassaladora, com o próprio Estado com  
110 mudanças significativas. Eu então quero deixar esse registro, primeiro, do prazer e  
111 do orgulho de trabalhar muitas vezes junto com a Polícia Militar do Meio Ambiente,  
112 tanto em nível estadual, no COPAM, e também aqui. Eu fui cinco anos presidente  
113 do Codema de Viçosa, com sargento Félix, já aposentado, com diferentes  
114 profissionais da Polícia Militar do Meio Ambiente. Eu resumo em orgulho e  
115 satisfação ter feito parte desse movimento de não deixar que a Polícia Militar de  
116 Meio Ambiente tivesse suas atividades encerradas e prazer de ter trabalhado  
117 muitas vezes junto a esses profissionais de extrema importância para o Estado.”  
118 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradecemos a manifestação. Mais  
119 uma vez, parabenizar a PMMG, na pessoa do capitão, pelo aniversário. Eu sempre  
120 falo nas apresentações, nas nossas reuniões, e aqui não estou desmerecendo, de  
121 forma alguma, nenhum membro ou entidade que compõe o COPAM. Mas, na  
122 minha opinião, eu acho que o Ministério Público e a Polícia Militar deveriam estar  
123 em todas as Câmaras. Eu acho ambos são parceiros nossos. No trabalho nosso,

124 que tem muito a ver com o trabalho da Polícia Militar, eles são os grandes parceiros  
125 nossos para qualquer momento, a qualquer ocasião.” Conselheiro Felipe Faria de  
126 Oliveira: “Apenas para registrar e reiterar os parabéns à instituição Polícia Militar,  
127 em especial, à Polícia Militar Ambiental, na pessoa do capitão. É impossível não  
128 falar isso. Eu, enquanto promotor de Justiça, 11 anos no interior de Minas, em  
129 especial, mas na capital também. Mas no interior essas relações são intensificadas.  
130 Os nossos grandes parceiros, nossos irmãos na luta cotidiana, seja na seara  
131 ambiental, seja em qualquer outra, de fato, é a Polícia Militar. Então eu não poderia  
132 deixar de fazer esse registro e de registrar não apenas essa questão, mas também  
133 do acompanhamento que eu tenho, especificamente, da Polícia Militar Ambiental.  
134 Nos diversos colegiados de que já tive oportunidade de participar com a Polícia  
135 Militar Ambiental, uma atuação extremamente séria e ponderada. Então esse tipo  
136 de posicionamento por uma instituição tão respeitada, e não é respeitada sem  
137 motivo, é justamente em razão desse trabalho competente reconhecido por todos  
138 os mineiros e também por todas as autoridades. Então fica aqui o meu registro. E  
139 registro aqui as palavras que ouço com muita satisfação por parte do senhor  
140 presidente também e concordo. Eu acho que algumas instituições seriam muito  
141 bem-vindas em todos os colegiados, assim como era antes. Quando assim era a  
142 formatação do COPAM, havia várias possibilidades muito construtivas que apenas  
143 engrandecem a Política Estadual de Meio Ambiente como um todo. Então apenas  
144 esses dois registros, e ficam aqui meus cumprimentos, novamente, à instituição  
145 Polícia Militar.” Conselheiro Cristiano Ferreira de Oliveira: “Eu queria agradecer aos  
146 conselheiros pelas felicitações e dizer que a Polícia Militar trabalha com enorme  
147 satisfação nas questões ambientais, através do Comando de Policiamento de Meio  
148 Ambiente, e estamos juntos para contribuir para o nosso Estado, para o  
149 desenvolvimento sustentável do nosso Estado. Podem contar com a sua Polícia  
150 Militar. Agora no dia 9, a Polícia Militar estará completando 246 anos, será o  
151 aniversário da nossa corporação. Conforme o conselheiro e o Sr. Luiz falaram, no  
152 mês passado foi o aniversário da Polícia de Meio Ambiente. O nosso  
153 agradecimento a todos.” Conselheira Ariel Chaves Santana Miranda: “O capitão já  
154 falou o que eu ia comentar, o aniversário da instituição se aproximando. Eu queria  
155 aproveitar a oportunidade e fazer coro ao que foi dito pelo Dr. Felipe e, se não me  
156 engano, pelo Dr. Luiz também: parabenizar o Batalhão, parabenizar a instituição.  
157 Meu cargo de origem é da Polícia Militar – eu estou cedida à Seapa –, então  
158 conheço bem de perto a realidade da instituição. E parabenizar e agradecer o  
159 trabalho de vocês, o trabalho da Polícia Militar.” Conselheiro Newton Reis de  
160 Oliveira Luz: “Eu já tinha me manifestado, de forma bastante emocionada, na  
161 reunião passada, ao capitão, em relação ao apoio da Polícia no Conselho Regional  
162 de Engenharia, nas nossas fiscalizações dirigidas, aquelas que são integradas com  
163 a Polícia. E a Polícia tem dado um apoio fundamental nos trabalhos que o Crea faz  
164 de fiscalização regional. Principalmente, na Bacia do São Francisco, em que já  
165 diversas vezes aconteceram, seja por iniciativa do Ministério Público Federal ou de  
166 outra entidade. Nós temos participado. Então eu gostaria também de me aliar aos

167 cumprimentos que foram feitos à Polícia Militar Ambiental, em nome do capitão.”  
168 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos alguns vídeos institucionais.  
169 (*\*Foi feita exibição de vídeos institucionais sobre a Ouvidoria Geral do Estado de*  
170 *Minas Gerais, divulgação do XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos,*  
171 *aniversário de 32 anos da FEAM e Centro Mineiro de Referência em Resíduos*).  
172 Eu vou aproveitar o momento para alertar os senhores para tomar cuidado com  
173 compartilhamento de telas e imagens e divulgações próprias em nosso canal no  
174 momento da nossa reunião.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Só para não  
175 perder o contexto, eu acho que é um ‘Assuntos Gerais’ de muitas celebrações, mas  
176 eu não poderia deixar de registrar também – sem prejuízo de todas as demais  
177 instituições que foram mencionadas nos vídeos institucionais – o aniversário da  
178 FEAM. Instituição de extrema importância, uma casa que sempre teve um papel  
179 de destaque dentro da SEMAD. Dentro da minha área de atuação específica,  
180 atualmente, nos últimos seis meses, desde que retomamos a atuação nessa área  
181 ambiental, com algumas atribuições mais ligadas à temática de mineração e  
182 barragens, nós temos tido uma aproximação e uma tentativa de aproximação cada  
183 vez maior da FEAM. Claro que essa receptividade tem sido a melhor possível.  
184 Então eu não poderia deixar de registrar aqui também meus cumprimentos, na  
185 pessoa do seu presidente, Dr. Renato, que, após a nossa reunião da CNR, estarei  
186 com ele também, dentro desse trabalho cotidiano e desse diálogo conjunto. Então  
187 só para registrar também as nossas congratulações.” Vânia Mara de Souza  
188 Sarmiento/SEMAD: “Boa tarde, senhor presidente, boa tarde, senhores  
189 conselheiros, boa tarde a todos que nos assistem pelo Youtube. Passando aqui,  
190 mais uma vez, para reforçar o curso de capacitação de conselheiros. Nós tivemos  
191 a primeira turma encerrada e estamos abrindo a segunda turma. A adesão dos  
192 conselheiros ainda está muito baixa. Nós vamos fazer um trabalho junto às  
193 instituições, às entidades, para que possam motivar seus representantes para que  
194 façam o curso. Já estamos com o curso prático pronto, mas precisamos, pelo  
195 menos, de um quantitativo maior de conselheiros titulares e suplentes que possam  
196 estar aderindo e concluindo esse primeiro curso. O curso é constituído de módulos.  
197 Há importância de se avançar nos módulos, fazer a leitura. Ao final do primeiro  
198 módulo, nós temos um exercício avaliativo para assimilação de conteúdo. E um  
199 curso gostoso de se fazer. Nós da equipe da Secretaria Executiva, da SEMAD, do  
200 interior, fizemos primeiro o curso para poder verificar a dinâmica. Fizemos o curso  
201 bem colorido, temos os bonequinhos que interagem com vocês durante a  
202 realização do curso. Então, mais uma vez – acho que é a terceira vez que tenho  
203 colocado – a importância de se fazer o curso, nos colocando, eu e minha equipe,  
204 à inteira disposição dos conselheiros para esclarecimento de quaisquer dúvidas  
205 que porventura possam ter durante esse acesso, que é na plataforma Trilhas do  
206 Saber. Às vezes, a dificuldade para fazer está ao acessar. Então estou à  
207 disposição. Vamos colocar no chat desta reunião o e-mail do nosso setor, o meu  
208 e-mail, o e-mail da Kelly, que está trabalhando, ativamente, junto com a SGDP,  
209 nosso Recursos Humanos, da SEMAD. Então eu venho aqui, mais uma vez,

210 solicitar. Foi uma demanda que surgiu da CGE, e nós fizemos com muito carinho,  
211 e foi preparado para vocês. Posterior a esse primeiro, nós teremos o curso prático  
212 e, a partir daí, vamos trabalhar com as temáticas afins a cada unidade colegiada,  
213 bem como normas que são afetas a todas as unidades do Conselho Estadual de  
214 Política Ambiental. Então eu vou colocar no chat os nossos contatos. E peço, por  
215 favor, que aquele que tenha dúvida possa entrar em contato conosco. O trabalho  
216 remoto às vezes consome tempo, temos que ter disciplina, mas em um horário às  
217 vezes mais tranquilinho você consegue entrar, e é bem tranquilo de se fazer. Só  
218 reforço a importância da leitura e do avanço em cada módulo. Depois, no exercício  
219 avaliativo, tem que ter um rendimento de 70% de assimilação do conteúdo, e,  
220 posteriormente, tem um certificado. Após avançar, depois do exercício avaliativo,  
221 tem o certificado, faz o download, arquiva, guarda. Então agradeço, senhor  
222 presidente, e desejo uma excelente reunião para todos nós. Que Deus nos  
223 abençoe. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós que  
224 agradecemos, Vânia, e aguardamos que todos façam o curso.” **4) EXAME DA ATA  
225 DA 153ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 153ª reunião da Câmara  
226 Normativa e Recursal, realizada em 28 de abril de 2021. Votos favoráveis: Seapa,  
227 Sede, Segov, Crea, Seinfra, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Fiemg, Faemg, Ibram,  
228 CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Amda, Mover, Uemg, Ufla e Assemg.  
229 Abstenção: MPMG. O representante do MPMG justificou abstenção de voto pelo  
230 motivo de não ter participado da 153ª reunião. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO  
231 PARA EXAME DE RECURSO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 5.1)  
232 Fundação Renova. Regularização ambiental das obras de dragagem e  
233 disposição de rejeitos na Fazenda Floresta e recuperação das margens e  
234 setores da área denominada como Trecho 11 (Área do Reservatório da UHE  
235 Risoleta Neves). Pilhas de rejeito/estéril; dragagem para desassoreamento de  
236 corpos d’água; outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não  
237 classificadas; mineroduto ou rejeitoduto externo aos limites de  
238 empreendimentos minerários; extração de rocha para produção de britas e  
239 canalização e/ou retificação de curso d’água. Rio Doce e Santa Cruz do  
240 Escalvado/MG. PA/SLA 1496/2020. Processos SEI nº 1370.01.0051684/2020-  
241 53. Classe 6. Apresentação: Suppri. Retorno de vista: Fiemg, Faemg, Ibram,  
242 Crea, Conselho da Micro e Pequena Empresa e MPMG. Recurso indeferido por  
243 maioria nos termos do Parecer Único da Suppri, com a manutenção do Cenário 1  
244 e das respectivas condicionantes, conforme aprovado na Câmara de Atividades  
245 Industriais (CMI). Votação relativa ao Cenário 1. Votos favoráveis: Seapa, Sede,  
246 Segov, Seinfra, PMMG, MPMG, ALMG, MMA, Amda, Mover, Uemg e Ufla. Votos  
247 contrários: Crea, Fiemg, Faemg, Ibram, Conselho da Micro e Pequena Empresa e  
248 Assemg. Abstenção: CMI. Ausência: AMM. Justificativas de votos contrários e de  
249 abstenção. Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu voto contrário em razão  
250 até da discussão que nós fizemos até agora.” Conselheira Denise Bernardes  
251 Couto: “Voto contrário, seguindo o que foi dito no nosso relato de vista, uma vez  
252 que pedimos a reanálise do Cenário 1.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:**

253 “Contrário, de acordo com a observação feita pela colega conselheira Denise.”  
 254 Conselheiro João Carlos de Melo: “Voto contrário, de acordo com o que já foi  
 255 exposto referente ao parecer de vista apresentado.” Conselheiro Adriano  
 256 Nascimento Manetta: “Nessa questão específica dos cenários, eu vou me abster  
 257 da votação por entender que, no momento presente, é essencialmente inviável  
 258 tomar a decisão por um cenário ou por outro. É a conclusão que eu tiro das  
 259 discussões. E faço esse voto confiando no discernimento e no trabalho da Suppri  
 260 de adequar a evolução da licença na medida do que vier a acontecer e for  
 261 constatado, de fato, no campo. É uma abstenção por perceber que se trata de  
 262 licença sui generis em situação sui generis, inclusive, para a qual a própria  
 263 estrutura de licenciamento não se adéqua bem. Eu acho que está aí a extrema  
 264 dificuldade desse processo.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Eu voto  
 265 contrário pelos motivos já expostos.” Conselheiro Geraldo Majella Guimarães:  
 266 “Voto contrário, seguindo o parecer da revisão.” **Primeira votação relativa às**  
 267 **condicionantes**. A Câmara Normativa e Recursal indeferiu por maioria o pedido  
 268 de exclusão das condicionantes nºs 1, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22,  
 269 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 40, 42, 47, 55, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66  
 270 e 67. Votos favoráveis ao indeferimento: Seapa, Sede, Segov, Seinfra, PMMG,  
 271 MPMG, ALMG, MMA, Amda, Mover, Uemg e Ufla. Votos contrários ao  
 272 indeferimento: Crea, Fiemg, Faemg, Ibram e Conselho da Micro e Pequena  
 273 Empresa e CMI. Ausências: AMM e Assemg. **Justificativas de votos contrários ao**  
 274 **parecer da Suppri**. Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu ainda fiquei com  
 275 dúvida com relação às condicionantes 12, 13, 14, 30 e 55. Eu estaria  
 276 acompanhando o nosso parecer.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu me  
 277 posiciono contrária à manutenção das condicionantes 12, 13, 14, 30 e 55, de  
 278 acordo com o relato de vista conjunto.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:  
 279 “Voto idêntico à conselheira Denise, contra, e com a exclusão dessas  
 280 condicionantes.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Voto de acordo com o parecer,  
 281 com a mesma exposição que a conselheira Denise apresentou.” Conselheiro  
 282 Adriano Nascimento Manetta: “Nesse particular das condicionantes, voto com o  
 283 parecer de vista trazido pela Fiemg e as outras entidades, pela exclusão dessas  
 284 condicionantes.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Eu voto também  
 285 conforme o parecer.” Os votos contrários registrados nessa votação se referem ao  
 286 indeferimento do pedido de exclusão da integralidade das condicionantes objeto  
 287 do recurso do empreendedor, com a ressalva de voto favorável à exclusão das  
 288 condicionantes nºs 12, 13, 14, 30 e 55, conforme parecer conjunto de vista  
 289 apresentado por Fiemg, Faemg, Crea, Ibram e Conselho da Micro e Pequena  
 290 Empresa. **Segunda votação relativa às condicionantes**. A Câmara Normativa e  
 291 Recursal indeferiu por unanimidade o pedido de modificação das condicionantes  
 292 nºs 6, 38 e 48. Votos favoráveis ao indeferimento: Seapa, Sede, Segov, Crea,  
 293 Seinfra, PMMG, MPMG, ALMG, MMA, Fiemg, Faemg, Ibram, CMI, Conselho da  
 294 Micro e Pequena Empresa, Amda, Mover, Uemg e Ufla. Ausências: AMM e  
 295 Assemg. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO**

296 **PARA EXCLUSÃO DE CONDICIONANTES. 6.1) Companhia Brasileira de**  
297 **Alumínio (CBA). Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de**  
298 **ferro. Produção bruta: 1.320.000 t/ano. Mirai e São Sebastião da Vargem**  
299 **Alegre/MG. PA 00309/1996/218/2018, ANM 830.564/1980. Condicionante nº 7.**  
300 **Classe 4. Apresentação: Suppri. Retorno de vista: Fiemg, Conselho da Micro**  
301 **e Pequena Empresa e Ibram.** Recurso indeferido por maioria nos termos do  
302 Parecer Único da Suppri. Votos favoráveis ao indeferimento: SEMAD, Seapa,  
303 Sede, Segov, PMMG, ALMG, Amda, Mover e Ufla. Votos contrários ao  
304 indeferimento: Crea, Seinfra, MMA, Fiemg, Faemg, Ibram, Conselho da Micro e  
305 Pequena Empresa e CMI. Abstenção: MPMG. Ausências: AMM, Uemg e Assemg.  
306 Justificativas de abstenção e de votos contrários ao parecer da Suppri. Conselheiro  
307 Newton Reis de Oliveira Luz: “Após ouvir os comentários do Bruno e do Dr. Marcelo  
308 (representantes do empreendedor), complementados pela argumentação do  
309 conselheiro Manetta, eu voto contra.” Conselheiro Felipe Dutra de Resende: “Voto  
310 contrário pelos mesmos motivos do Dr. Newton.” Conselheiro Felipe Faria de  
311 Oliveira: “Nesse caso concreto, abstenção por não ter feito alinhamento prévio com  
312 o promotor de Justiça natural, por questões internas da instituição.” Conselheiro  
313 Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes: “Voto contrário em decorrência das  
314 explicações relatadas.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto contrário em  
315 virtude de todas as questões colocadas na discussão e, principalmente, pelas  
316 colocações do conselheiro Adriano Manetta.” Conselheiro Carlos Alberto Santos  
317 Oliveira: “Voto contrário.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Voto contrário pelos  
318 motivos já expostos anteriormente pelo nosso parecer de vista, que foi exatamente  
319 nesse sentido.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto contrário pelas  
320 razões trazidas e, principalmente, por infração ao artigo 5º, § 2º, da Portaria  
321 27/2017, do IEF, e infração ao artigo 71, §2º, do Decreto Estadual 47.749, em caso  
322 de permanência da condicionante.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Eu  
323 voto contrário pelo parecer apresentado e endossado pelas falas do Adriano  
324 Manetta.” **Manifestação da Câmara do Mercado.** Transcrição de manifestação da  
325 Câmara do Mercado Imobiliário, registrada antes da votação do processo, que  
326 embasou a votação pelo deferimento do recurso, complementarmente às  
327 considerações do parecer de vista conjunto apresentado por Fiemg, Conselho da  
328 Micro e Pequena Empresa e Ibram: Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu  
329 acho que há um erro de conceitos, e fica importante ler o artigo 5º, a norma mais  
330 próxima da aplicação e até por isso a mais analítica, da Portaria 27. O caput: ‘Para  
331 aplicação do disposto no §2º do artigo 75 da Lei Estadual 20.922, que remete ao  
332 artigo 36 da Lei Estadual 14.309/2002, será considerada a data de formalização do  
333 processo de regularização ambiental do empreendimento minerário perante o  
334 órgão ambiental.’ Ok, quanto a isso, não tem dúvida, eu fico com ‘2002’. Para mim,  
335 é isso mesmo. ‘§1º Considera-se data de formalização a data de emissão do recibo  
336 de documentos constantes do processo administrativo no âmbito do licenciamento  
337 ambiental.’ De novo, 2002. Então, artigo 5º, o caput e o §1º estão tratando do  
338 enquadramento geral. Quer dizer, ‘preciso analisar o §2º do artigo 75 nesses

339 casos.’ Agora vamos para o concreto, que é o §2º: ‘Os empreendimentos que  
340 obtiveram LIC ou LOC após 17 de outubro de 2013 (que não tem nada disso sobre  
341 originário ou porquê, mas, ok, está enquadrada, a LIC depois de 17 de outubro de  
342 2013), cuja implantação ocorreu antes dessa data (não é cuja Licença de  
343 Implantação foi emitida, é cuja implantação ocorreu antes dessa data), estão  
344 sujeitos ao artigo 36 da Lei Estadual 14.309/2012, conforme diretrizes do termo de  
345 referência.’ Quer dizer, é muito claro, não tem escapatória disso aqui, não tem um  
346 porquê, nenhuma razão, mas essa, inclusive, é a única regra para sujeição ao  
347 artigo 36, trazida no próprio texto da Portaria. É uma regra que só faz expandir o  
348 artigo 71, §2º, do Decreto, que contém o mesmo espírito. Lá também fala dos  
349 empreendimentos cujos processos de instalação ou operação corretiva que  
350 tenham sido formalizados após 17 de outubro de 2013 e cuja implantação tenha  
351 ocorrido antes dessa data. E esses ficam sujeitos à hipótese de incidência do artigo  
352 36, não outros. Então, aqui, eu entendo que cabe, que enquadra-se na primeira  
353 parte – o pedido de corretiva é depois dessa data –, enquadra-se no escopo geral  
354 de análise. O início do processo é anterior a essa data. Mas não enquadra-se na  
355 caracterização concreta, não houve a instalação antes de 17 de outubro de 2013.  
356 Se não há instalação, o que é coerente, se eu não tenho por fato gerador, que é o  
357 impacto ambiental, para a atividade minerária, a lei tributária vai ser a data da  
358 ocorrência do fato. E quando incidimos e cobramos essa compensação (essa e até  
359 a outra, do Snuc), em conjunto com a licença, na minha percepção, é apenas por  
360 uma questão de administração pública, por uma antecipação e presunção de que  
361 o fato irá ocorrer a seguir, já que a licença está dada. Agora, o mais correto seria  
362 no ato do início. Ok, virtualmente, impossível de se apurar esse ato do início, por  
363 isso se faz dessa maneira. Mas, no caso deste processo, é reconhecido e notado  
364 que não tem nada, não aconteceu nada no terreno até hoje. Então não tem lógica  
365 incidir com base no artigo anterior. Mas essa percepção eu acho que já está  
366 madura. Está muito avançada a hora, e podemos colocar em deliberação.” **6.2)**  
367 **Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Lavra a céu aberto. Minerais**  
368 **metálicos, exceto minério de ferro. São Sebastião da Vargem Alegre, Muriaé**  
369 **e Rosário da Limeira/MG. PA 00309/1996/220/2018, ANM 831.180/1980.**  
370 **Condicionante nº 8. Classe 4. Apresentação: Suppri. Retorno de vista: Fiemg,**  
371 **Conselho da Micro e Pequena Empresa e Ibram.** Recurso indeferido por maioria  
372 nos termos do Parecer Único da Suppri. Votos favoráveis ao indeferimento:  
373 SEMAD, Seapa, Sede, Segov, PMMG, ALMG, Amda, Mover e Ufla. Votos  
374 contrários ao indeferimento: Crea, Seinfra, MMA, Fiemg, Faemg, Ibram, Conselho  
375 da Micro e Pequena Empresa e CMI. Abstenção: MPMG. Ausências: AMM, Uemg  
376 e Assemg. Justificativas de abstenção e de votos contrários ao parecer da Suppri.  
377 Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Pelos argumentos que eu acabei de  
378 apresentar em minha manifestação, meu voto é contrário.” Conselheiro Felipe  
379 Dutra de Resende: “Voto contrário por não entender que essa atividade tenha sido  
380 de impacto significativo e também por entender que não cabe o artigo 36 para esse  
381 caso.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Mesma situação do anterior,

382 abstenção por não ter feito alinhamento prévio com o posicionamento do promotor  
383 de Justiça natural.” Conselheiro Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes: “Contrário  
384 por ter sido convencido pela explicação do empreendedor e dos demais  
385 conselheiros que se mostraram contrários.” Conselheira Denise Bernardes Couto:  
386 “Conforme o processo anterior, eu voto contrário pelas discussões ocorridas, o já  
387 exposto no relato de vista e também com as manifestações e explanações do  
388 conselheiro Adriano Manetta.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Voto  
389 contrário. Pela argumentação do parecer de vista, pela manifestação do  
390 conselheiro Manetta, pela manifestação da conselheira Denise Couto, eu fiquei  
391 convencido de que não se aplica no caso presente.” Conselheiro João Carlos de  
392 Melo: “O nosso parecer é pelo voto contrário. Eu voto de acordo com o nosso  
393 parecer de vista apresentado. Eu gostaria de acrescentar também que conheço  
394 bem essa área, já estive nessa área pelo menos umas duas ou três vezes em  
395 tempo pretérito e realmente não vejo essa disparidade de compensação para uma  
396 área já totalmente descaracterizada como aquela. Então permaneço com meu voto  
397 de acordo com o parecer de vista apresentado.” Conselheiro Adriano Nascimento  
398 Manetta: “Voto contrário por entender, neste caso, que a cobrança da  
399 compensação minerária infringe o disposto no artigo 5º, §2º, da Portaria 27/2017,  
400 do IEF, e infringe o disposto no artigo 71, §2º, do Decreto Estadual 47.749/2019.”  
401 Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Eu voto contrário também por entender  
402 que essa aplicação é equivocada. Não há impacto ambiental significativo.”  
403 Manifestação do Crea. Transcrição de manifestação do Crea, registrada antes da  
404 votação do processo, que embasou o voto da entidade, contrário ao indeferimento  
405 do recurso: Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu fico deverasmente  
406 frustrado com o resultado anterior, embora já tenha sido decidido. Por que eu falo  
407 isso? Eu fiquei na Sede, fui da Diretoria de Mineração da Sede, durante sete anos.  
408 E, durante todo esse período – até 2011, por aí –, eu participei de muitas reuniões,  
409 como representante do setor público, ouvindo situações similares a essa aí.  
410 Também estive representando o governo, a Sede, na área por diversas  
411 oportunidades. Eu fui lá mais de uma vez, conheço perfeitamente o trabalho que o  
412 pessoal faz. A defesa apresentada pelo Dr. Bruno e pelo Dr. Marcelo são de uma  
413 clareza, para mim, solar. A argumentação também, complementada, do colega  
414 conselheiro Manetta endossa a minha posição de por que eu votei contra no  
415 processo anterior. Então isso me traz uma certa frustração, como foi dito aí. Se  
416 tivéssemos, provavelmente, todos os conselheiros presentes, eu não sei se o  
417 resultado seria esse. Mas é democracia, o resultado está aí, pela maioria. O  
418 presidente tem sempre o direito ao voto dele de maioria, então está ok o resultado.  
419 Mas, para mim, é uma certa frustração.” **7) ENCERRAMENTO**. Não havendo  
420 outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
421 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada  
422 esta ata.

423

424

425

426

427

428

429

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal**